

BCH-UFC

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E SOCIOLOGICOS DO PROCESSO DE CONSCRIÇÃO DAS POPULAÇÕES NÃO-PROPRIETÁRIAS AO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS NO ATUAL PROCESSO DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

Ireleno Porto Benevides

“O passado atua no presente e pode ser uma força determinante da ação, mas isso só ocorre quando forças do passado continuam no presente. Não existe a ‘misteriosa’ comunicação do passado com o presente, a não ser que aquele continue a atuar diretamente nesse; ou em outras palavras, quando se transforma a situação, o que continua a influir é apenas o que, na situação nova, restou da anterior.”

Dante Moreira Leite

1 — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS GERAIS À NATUREZA DO PROBLEMA

Tendo como ponto de partida, teórico e histórico, as condições e o processo em que se estruturou o *sistema de colonização mercantil no Brasil*, este estudo tem dois objetivos. O primeiro visa a apresentar um comentário sobre os processos iniciais em que se viabilizaram as formas de conscrição das populações não-proprietárias ao mundo do trabalho, que era dominado por critérios altamente espoliativos. Estes visavam tanto possibilitar a transferência dos valores excedentes gerados, com a finalidade de minuciar a acumulação de ca-

pital da burguesia metropolitana, como também manter os privilégios e o grau de excludência social que demarcaram as formas de estratificação social. Com isso se tentará, no segundo objetivo, especular sobre a persistência ao longo de nossa história desses mesmos processos, em novas roupagens e em novas regiões. Para tanto, tomou-se como referência o estudo de FONTENELLE (1982), que, ao nosso ver, parece situar-se, mas especificamente, para o Nordeste açucareiro — mesmo porque foi aí que historicamente estas formas se iniciaram — embora que a partir disso faça generalizações pertinentes. Com isto tentar-se-á investigar brevemente duas outras situações. Uma se refere ao processo de expansão da economia cafeeira — cuja natureza, estrutura e dinâmica inicialmente foram muito similares às da economia açucareira — através de uma região onde preexistia uma chamada economia “cabocla” apoiada na pequena propriedade familiar predominantemente de subsistência. Nessa expansão se constataram processos de espoliação do trabalho e expropriação dessas terras e “conversão” da população ao caráter da produção latifundiária, escravista, monocultural e exportadora que nos parece — em sua natureza e finalidade básicas — muito semelhante àquelas verificadas no Nordeste açucareiro. Estes processos poderiam ser genericamente caracterizados pela *violência institucionalizada sob o crivo do poder patrimonial*, que conformaram as estruturas sociais para a organização da produção.

Sob a forma desse poder patrimonial se assentaram as bases de dominação local, viabilizadora deste tipo de estrutura de produção que todavia dizia respeito às formas mais inclusivas de instrumentalizar a montagem e a continuidade das estruturas sociais conformadas pelo Pacto Colonial como um conjunto de práticas visando operacionalizar o *sistema colonial em sua totalidade* (1). E nesse sentido poder-se-ia

-
- (1) A articulação dessas formas de dominação pessoal — direta e local — ao sistema colonial, como um todo, diz respeito aos arranjos institucionais e econômicos que viabilizariam no Brasil a chamada ação espoliativa colonial (FONTENELLE, 1982). Da organização social destinada a implementar o grande latifúndio monocultural e escravocrata decorre, internamente, por essas características, uma incipiente divisão social do trabalho na colônia. Essa, por sua vez, leva conseqüentemente a que as grandes propriedades funcionem isoladamente sem estabelecerem entre si qualquer inter-relacionamento e intercâmbio, fazendo delas ao mesmo tempo fonte do poder de dominação e controle diretos sob as comunidades nelas existentes. Todavia, longe de adquirirem um caráter feudal, essas unidades se subordinam e se reproduzem —

admitir que esse sistema de conquista e de espoliação desde o início vai para além de uma relação economicista externa, pois se reproduz internamente ao nível das relações sociais de produção e de dominação. Talvez, portanto, é que "... desde o início o Brasil tem jeito de território ocupado e o povo aparece como povo conquistado. Desde o princípio os blocos de poder aparecem como arranjo de conquistadores". (IANNI: 1984; p. 11). Ora, esse arranjo por demais excludente de proprietários leva a que "... tantos os escravos como os livres (negros, mulatos, índios, caboclos, brancos, imigrantes) eram considerados gente de outra categoria, condição, raça ou casta" (IANNI, Idem, ibidem), conseqüentemente redutíveis a uma categorização social comum como seres pertencentes a *um mundo dominado* sem qualquer condição mais efetiva e conseqüente do exercício positivo da cidadania.

As referências a essas manifestações na economia e sociedade cafeeira iniciais — por não visarem ao estudo específico delas em si mas apenas a essas manifestações particulares — se apóiam em duas fontes bibliográficas: DEAN (1977) e FRANCO (1983). Quanto a esse período histórico que é a economia e sociedade cafeeira, a atribuição da persistência dos referidos processos decorre do pressuposto de que constituição e a consolidação do Estado-nacional brasileiro, sob a hegemonia cafeeira, não implicaram em ruptura mais profunda com as estruturas e relações internas. Nesse

se expandindo ou entrando em decadência como empresa mercantil — a dinâmica da acumulação mercantil, dominada pela burguesia metropolitana. Portanto, esse poder local patrimonial — embora soberano em seus domínios — se subordina às contingências concretas de um sistema de exploração mediatizado pelo povoamento e tenta instrumentalizar a nível local uma ordem social circunscrita à política mercantilista de colonização. E, na existência de uma "sociedade sem cidadãos", o Estado não vai regular diretamente as relações sociais mais amplas que se estabelecem entre as pessoas, mas apenas estabelecer o controle tributário extorsivo e a coerção social bastante repressiva — latente ou efetiva — que passa a conjugar alta expropriação interna e acumulação externa e exclusão com "estabilidade" interna. Portanto, embora sendo o poder patrimonial importante para o entendimento das manifestações concretas das relações entre os homens, é um poder subordinado às formas de dominação mais amplas. Todavia, tem uma certa independência relativa a essas formas mais amplas, como demonstraram quando da regressão econômica dos grandes latifúndios mercantis convertidos em produtores de subsistência.

sentido possibilitaram manter a associação dos interesses dominantes internos com o capital industrial em consolidação, portanto, um *ajuste histórico* que não rompe com a existência do pacto colonial.

O outro objetivo decorre da investigação de uma situação atual tendo como manifestação empírica uma realidade local. Esse objetivo diz respeito a investigar concretamente e discutir teoricamente como muitos segmentos proprietários em nossa atual sociedade dependente — ainda que urbano-industrial e tendo um processo já de acumulação endógena — estabelecem sistemáticas de recrutamento e de seleção da força de trabalho livre e formalmente garantida pelos direitos de cidadania para os postos de trabalho que suas organizações oferecem. Mais precisamente que suas organizações requerem para concretizarem o processo de extração e apropriação do valor excedente através da organização do trabalho em níveis tecnológicos e gerenciais propriamente capitalistas. Essa preocupação constitui o objeto central dessa proposta de projeto de tese, que se arma em dois pilares. Teoricamente tenta analisar o que esses novos processos de recrutamento da população livre para o mundo da organização do trabalho e da produção capitalista guardam, em sua natureza, um certo modo de visualizar os agentes e as instituições sociais, muitas vezes, como extensão do poder de proprietários dos meios de produção; assim como as pessoas e os aparelhos do Estado eram visualizados pelos grandes proprietários de terra como extensão dos seus domínios e, portanto, coisificados pelo usufruto de seu poder patrimonial. Empiricamente tentará, através de uma pesquisa — talvez mais de natureza qualitativa — observar, estudar e tentar explicar o processo de recrutamento, encaminhamento e seleção de mão-de-obra que os postos do SINE/CE., responsáveis pelos serviços de intermediação de trabalhadores para as empresas, realizam na Região Metropolitana de Fortaleza (2). O objetivo da pesquisa tem em mente encontrar mani-

(2) O possível privilegiamento ao estudo mais de natureza qualitativa se prende a três limitações. A primeira decorre do fato de que a quantidade de trabalhadores que procuram o SINE/CE e das empresas que dele requisitam mão-de-obra constituem um conjunto que talvez não seja em termos de tamanho numérico — estatisticamente confiáveis, de modo a representarem uma amostra significativa para o que se passa em todo o universo dos processos de intermediação existentes. A se-

festações — já com base em informações que previamente foram assistematicamente levantadas — que levam à comprovação ou à negação desses pressupostos — aqui, grosso modo, chamados de teóricos.

Com isso, tentar-se-á elucidar teoricamente o suposto desse trabalho como própria fonte de preocupação que nos levou a escolher o problema específico da intermediação de mão-de-obra como manifestação concreta e particular do que vem a ser o “capitalismo patrimonial” ainda muito presente no Estado do Ceará. Esse suposto nos lança a um complexo desafio intelectual. Isso porque diz respeito à argumentação de que continua a existir — a despeito das profundas modificações da natureza e na dinâmica de nossa economia que tem uma característica marcadamente urbano-industrial capitalista — entre os processos históricos iniciais de conscrição das populações coloniais e “colonizadas” para o mundo da produção e do trabalho e os atualmente existentes, uma certa essência “cultural” — (na falta de um termo presentemente mais adequado) comum. Daí entre ambos possibilita-se estabelecer uma significativa continuidade histórica, que ao nosso ver reside na ótica de como as classes ou os grupos dominantes (3) continuam a visualizar os segmentos sociais não-proprietários e a classe trabalhadora, bem como as instituições de nossa incipiente sociedade civil. Portanto, ao lado de uma produção e reprodução de nossa base material de natureza predominante e nitidamente capitalista persistem valores, formas de comportamento, visões de mundo que previamente chamaríamos eivadas de relações patrimonialistas. Segue-se com isso que um quadro teórico *weberiano* talvez ajudasse mais a elucidar e a explicar essas manifestações

gunda diz respeito ao fato de que os dados trabalhados se reportam a um período relativamente curto (), o que lhe impossibilita uma análise comparativa que requeria séries históricas mais longas de modo a poderem evidenciar mudanças mais significativas. E por fim a própria natureza do objeto do estudo parece comportar mais a apreensão de informações de natureza qualitativa, pois visará precipuamente a analisar o comportamento social desses agentes, tendo como foco de observação esse processo de intermediação como um dos momentos em que se tece a trama das relações sociais.

- (3) A imprecisão terminológica diz respeito a certas confusões teóricas com que nos defrontamos na análise e compreensão da natureza do nosso processo de estratificação sociais, onde os privilegiamentos e as monopolizações institucionalizadas ainda influem muito na determinação do lugar das pessoas na produção e na apropriação da riqueza gerada bem como nas formas de poder.

concretas, todavia, tendo pano de fundo mais amplo e de natureza estrutural o movimento histórico da acumulação do capital, que desde o início marcou a formação social brasileira, em toda a complexidade de seus sucessivos arranjos históricos, tanto no plano das relações externas quanto internas.

Por fim, esse texto apresenta brevíssimas considerações sobre o processo que ensejou — a partir de uma sociedade edificada fundamentalmente na produção escravista, latifundiária, exportadora — a constituição e desenvolvimento dos homens livres não-proprietários. Estes passam a constituir um “setor” que, embora tendo uma posição secundária, está organicamente subordinado à ordem escravocrata colonial. Isso porque não atua nos circuitos externos às estruturas dominantes, haja vista que os espaços de sua inserção contraditória nessa estrutura sócio-econômica decorrem dos interstícios e da própria complexificação que a produção escravista colonial engendrou no Brasil. Com isso pretende-se apenas tentar lançar dois tipos de questionamento que, secundariamente, dizem respeito ao objetivo principal do estudo em questão. O primeiro questionamento refere-se às possibilidades de encontrar algumas pistas que levem às determinações históricas do que se constitui hoje na economia brasileira o *chamado setor estruturado por processos de organização do trabalho e da produção que não tenham características nítida e “acabadamente” capitalista* — ou simplesmente o setor “informal”. (4) E talvez essas pistas possam clarificar mais que o processo de produção de uma superpopulação relativa às necessidades fundamentais do sistema econômico no Brasil não sejam frutos em si da natureza de sua acumulação urbano-industrial, mas que tenham uma conformação histórica que se reportam às nossas matrizes históricas de constituição como colônia de exploração baseada no povoamen-

(4) Para não se fazer maiores discussões sobre a natureza do debate teórico dessa questão — mesmo porque não é objetivo do trabalho proposto — aceita-se esse conceito dentro de um quadro de referência teórica não dualista. Nesse sentido o setor informal está organicamente articulado de uma forma subordinada ao movimento geral da reprodução do capital, pois que esse determina os espaços de criação, destruição e recriação para sua “conformação” dentro do processo geral de produção capitalista.

to. (5) Pois este vem a ser o meio de se estruturar uma organização social fundada na grande espoliação do trabalho e na imensa exclusão social.

Desse primeiro questionamento decorre o segundo. Assim sendo, o carácter excludente e espoliador da nossa constituição e de nosso desenvolvimento, como economia e como sociedade, ensejou a que esses setores livres — e que hoje na literatura é comumente dominado como trabalhadores autônomos — objetiva e estruturalmente não pudessem exercer as conseqüências reais dessa condição formal de liberdade e autonomia. Daí que em graus diferentes passaram a sofrer diferentes formas de dominação pessoal por parte dos proprietários, o que significava também uma dominação patrimonialista que — no limite — levaria a que essas pessoas fossem circunscritas ao mundo da produção dominante por processos cuja essência era semelhante àqueles que urgiam no trabalho escravo. Do mesmo modo, os trabalhadores autônomos, que exercem trabalhos de natureza simples, sofrem por parte do Estado processos objetivos e subjetivos que muitas vezes os excluem do exercício real de uma plena cidadania.

Portanto, esse aparente paradoxo que todavia nos permite afirmar essa continuidade histórica — de uma colônia agrícola de exploração mercantilista até uma sociedade urbano-industrial capitalista — se apóia numa argumentação, a ser desenvolvida dentro do marco teórico. Esta diz respeito ao fato de que a consolidação de uma economia plenamente capitalista, com a sua própria dinâmica endógena de acumulação, prescindiu de uma correspondente revolução burguesa no plano da chamada superestrutura e das conquistas sociais mais amplas que afirmem efetivamente a cidadania mais conseqüentemente. Daí que perspassam grande parte de nossas relações sociais, principalmente nas regiões mais atrasadas, uma forte dose de dominação patrimonial, a permanência dos privilégios, o autoritarismo que conduz a manipulação dos grupos não-proprietários e das próprias instituições, o que leva aos extremos de as relações de parentesco acabarem por ser categorias analíticas importantes no entendimento da trama das relações de poder, como é o caso do Ceará.

(5) E se esse povoamento em si foi o meio necessário de viabilizar uma colônia de exploração, as articulações contraditórias entre povoamento e exploração ensejaram a que a expansão do povoamento tivesse seus desdobramentos próprios que não se conformassem mais “tão fundamentalmente” às estruturas dominantes de uma colônia de exploração.

2. O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSCRIÇÃO DAS POPULAÇÕES AO MUNDO DO TRABALHO E SEUS REFLEXOS SOBRE O COMPORTAMENTO DOS AGENTES DA PRODUÇÃO

As formas de como as populações não-proprietárias se inseriram na organização social do povoamento para a produção constituem um dos mecanismos básicos para viabilizar a ação espoliativa nas terras brasileiras, subordinadas ao sistema mercantilista de colonização. Em outras palavras, organizam-se meios estáveis e bases sociais visando — na ausência de riquezas previamente acumuladas — à montagem de um aparelho produtivo espoliador. Isso porque as peculiaridades que a região inicialmente apresentara — face às primeiras formas de empreendimentos mercantis então predominantes — levaram a que se tornasse mais complexas no Brasil a operacionalização da idéia inicial de pacto colonial, que se limitara até então à simples dilapidação expropriatória das terras encontradas e conquistadas (FONTENELLE: 1982).

As mencionadas complexificações se refletem conseqüentemente — para além do simples estabelecimento de feitorias e de fortes — sobre processos sociais e instituições jurídico-políticas que concorrem para viabilizar e reproduzir a extração de um excedente econômico em áreas coloniais, (6) cuja grande parte é apropriada nas regiões ultramarinas. (7)

Nesse contexto histórico e com esse objetivo, a organização social da produção enseja (a) definição de papéis produtivos que se associam contraditoriamente em cada unidade de produção e de residência formada pela grande propriedade e (b) estabelecimentos de processos “normatizados” de

-
- (6) Embora óbvio, convém mencionar que a colonização não é um fenômeno restrito ao econômico, mas um processo que se instaura amplamente por todas as manifestações de uma formação social.
- (7) Essa restrição vai de encontro às argumentações que consideram como residual a acumulação de capital nas colônias. Ao contrário, algumas indicações podem evidenciar uma certa reprodução ampliada nas colônias, a despeito da subordinação dos proprietários de terra à burguesia mercantil metropolitana. Assim é que os engenhos “...se eram 5 em 1550, somaram trinta em 1570 e 66 em 1584 e 144 por ocasião da conquista holandesa em Pernambuco, havendo ainda dezenove na capitania de Paraíba e dois no R. G. do Norte, totalizando, assim, no Nordeste 155 engenhos” (ANDRADE: 1980, p. 56-57). Por outro lado, a própria capitalização do proprietário e seu consumo suntuário (FURTADO: 1976, p. 41-53) evidenciam essa acumulação do excedente internamente.

consciência da população convertido em combustível humano. Estes processos têm uma natureza compulsória repressiva e manipulativa em virtude de três fatores:

- i) o caráter altamente expropriador e dilapidador do processo de trabalho;
- ii) natureza histórica das relações entre formas compulsórias de trabalho e sistema mercantilista de colonização;
- iii) as relações patrimonialistas que se estabelecem na grande propriedade, gerando formas de mando coativo e subordinação passiva — pelo concurso complementar da força física — como forma pessoal, direta e indiscriminada de se gerirem as relações sociais e de estabelecer o poder.

Nessa perspectiva é que "... a montagem dessas estruturas [e dessas relações] objetiva, em última instância, criar uma ordem social circunscrita à política mercantilista de colonização organizada internamente pelos grandes proprietários. Em outras palavras, a colonização mercantilista é o pressuposto básico, a referência fundamental para que a vida social da colônia fosse organizada e controlada", dentro dos "parâmetros" do pacto colonial (BENEVIDES, 1985; p. 31). Um sistema econômico dessa natureza iria requerer contingencialmente o concurso de formas e processos do exercício do poder e do controle social que ressaltassem em graus extremados de exclusão e de repressão, implicando por outro lado no monopólio econômico e no autoritarismo. Essa forma de poder, que resultaria diretamente da propriedade da terra, adquirida via sistema de privilégios e influências, (8) tendia

(8) Segundo MERCADANTE (1980, p. 49), a implantação da colonização na América Portuguesa permite conciliar temporariamente — num período de profundas transformações — os conflitos entre burguesia comercial ascendente e nobreza feudal decadente. Isso concretamente significava para a burguesia o financiamento e comercialização do açúcar e para a nobreza a organização do cultivo da cana e do processamento inicial do açúcar, através da instituição do sistema de sesmarias como fundamento jurídico-político da grande propriedade, que se reproduzia no tempo através do instituto do morgadia. Essa forma de conciliação inicial entre os segmentos dos grupos dominantes enseja a que esse sistema de privilégios e influências se mantenha, todavia, em função dos lucros mercantis advindos da comercialização do açúcar. Além do que estes privilégios têm um fundamento mercantil que significa os financiamentos poderem viabilizar economicamente o cul-

aos limites máximos da evidência. Esta se expressava tanto na coação física, no desfibramento moral, distribalização, inicialmente de comportamentos sociais passivos e dependentes, coisificação que inade sobre o escravo — todavia em menos grau podendo atingir os homens livres não-proprietários (9) — e por fim do exercício armado e violento do poder, ou seja, o potentado (FONTENELLE: 1982). Estes potentados estruturam exércitos particulares com o concurso de segura que, na condição de população desclassificada do sistema dominante da produção escravista monocultural exportadora, são, todavia, pelas próprias necessidades de reprodução social

tivo da cana e a produção do açúcar mascavo (refinado pela burguesia metropolitana). Esse processo inicial pode, por seu turno, oferecer algumas pistas indicativas da gênese estrutural das "conciliações por cima", quase sempre presentes no Brasil, o que permite tanto a articulação do novo com o velho como a perpetuação da grande exclusão social, ao longo das sucessivas "transformações ajustadas" que o Brasil sofreu.

- (9) Ao analisar as relações de produção na agroindústria açucareira, como base para a constituição de "uma sociedade aristocrática dividida em classes", Andrade deixa entrever o monopólio econômico e político exercido sobre os lavradores pelo grande proprietário, cujo engenho detinha a exclusividade de realizar mercantilmente a produção desses lavradores. Além disso menciona uma série de abusos e desmandos pelos quais os proprietários desfrutavam das pessoas e das coisas que estavam sob seus domínios. Assim é que nas relações entre os lavradores estabeleciam práticas de manipulação e extorsão com as quais tentavam tirar o máximo proveito com o fornecimento de cana para os engenhos, bem como deixavam que o destino desses lavradores estivessem sob o seu arbítrio, o que resultava em grande insegurança e instabilidade no processo de organização da produção dos lavradores. Já sobre os moradores que conseguiram permissão para desmatar um pequeno pedaço de terra e estabelecer uma palhoça e uma agricultura de subsistência, em troca de pagamento desse foro através de diminutas excedentes, os senhores ampliavam ainda mais seus abusos. Isso porque além de expulsá-los das terras por qualquer banalidade de uma decisão arbitrária, tinham os senhores "...predileção especial por suas mulheres" (ANDRADE: 1980, p. 71-77). Tudo isso indica a "posse e o gozo das globalidades funcionais pela praxis proprietária", cuja comunidade patrimonial com suas coisas e pessoas constitufam um universo desfrutável (FONTENELLE: 1982, p. 77-78). Assim a hipertrofia da autoridade pessoal e discricionária do proprietário levaria a que a apropriação da comunidade fosse manipulada como um ativo. Isto implicava em que essas pessoas se coisificassem no processo que ia do consumo espoliador e não reconstitutivo da energia física produtiva do homem até ao desfrute de suas mulheres, convertidas em objetivos passivos de um prazer alienado por uma sexualidade embrutecida que se conformaria à duplicidade moral que transitava das casas-grandes para as senzalas.

por esse sistema recrutados, "no plano dos bandidos dos desvalidos" (10).

Diante dessas condições históricas se estrutura um tipo de dominação, cuja radicalidade autoritária, derivada de uma vontade pessoal e abusiva, faz engendrar modos específicos de gerir dentro dos domínios da grande propriedade — as pessoas e as relações sociais. A especificidade consiste, portanto, em que os proprietários as concebiam como extensão de seu patrimônio e, portanto, manipuláveis e usufruíveis como coisas, destinadas ao gozo de suas globalidades funcionais.

Como essa comunidade patrimonial de produção e de residência constitui — dentro do sistema econômico da colônia-unidades isoladas e autárquicas, o poder pessoal que daí deriva, sem uma mediatização racional-legal do Estado Metropolitano, passa a ser a base em torno da qual se assenta e se estende o poder político mais geral sobre a sociedade inclusiva. Logicamente todo esse quadro estrutural passa a incidir e a influir sobre as formas de como os grupos dominantes concebem o poder e o exercício da política e da administração pública, conforme o parágrafo seguinte tentará indicar.

Assim é que têm-se, de um lado, os processos de organização da produção e de estruturação e irradiação do poder e, de outro, os processos e a forma de constituição dos aparelhos e das ações específicas do Estado português em seus domínios americanos. Disso decorre que a concepção de gestão social e política mais abrangente que a classe dominante formula — na ausência ou pela repressão a uma força mais sólida da sociedade civil, impossível de se desenvolver numa sociedade colonial — é a de tratar a ordem pública como um negócio privado (DUARTE: 1966). Conseqüentemente, os proces-

(10) Nesse contexto os homens livres não-proprietários se colocam diante de uma participação social flagrantemente contraditória. Se do ponto de vista jurídico e se do ponto de vista das relações de produção fundamentais se colocam à margem das estruturas de produção dominantes e quase exclusivas da produção colonial, essa própria condição enseja a ausência do reconhecimento social do homem livre no sentido de que inexistem condições suficientes para o exercício de direitos elementares de cidadania. Daí viverem fluida e instavelmente nessas estruturas como vadios e vagabundos nos confins do mundo rural, como moradores eventuais e itinerantes, ou por ela são reconvertidos como instrumentos alienados de um poder que se estrutura contra segmentos de seu próprio grupo social.

sos de estruturação da vida política se assentam, sem mediações, em bases patrimonialistas, o que se refletirá mais especificamente sobre o mundo do trabalho, em toda sua natureza extorsiva e alienante.

Se ao nível do político, portanto, ocorre essa exacerbação da concepção patrimonialista do poder — da qual oipotendado seria uma manifestação acabada — ao nível da organização do trabalho coletivo, essa concepção se efetivará também com contornos específicos. Assim é que dentro de uma colônia de exploração mercantilista, cuja base produtiva é constituída pelo trabalho escravo, os proprietários-gerentes da produção estabelecem, com sua visão senhorial de mundo, práticas manipulativas e coisificantes das globalidades funcionais.

A máxima autoridade dos proprietários constitui um processo dirigido a imprimir uma mínima autonomia nas camadas não-proprietárias, através de “técnicas de submissão” (11) com “tamanhos graus de crueldade”, moral ou física, que podem chegar aos requintes da violência e do terror. Suprimidos em “sua identidade”, num processo brutal de plena alienação, e “destribalizados”, os escravos são comprados como simples energia humana, como combustível gerador de excedentes pra a empresa mercantil, conformando-se a uma personalidade consciente de sua consificação e ajustada às “situações de cativoiro”. Se isso todavia constitui o limite máximo desse processo, em seu caráter geral ele se fundamenta no sentido de “... inculcamento de padrões de orientação de um modelo básico de personalidade passiva e dependente” (FONTENELLE: 1982, p. 115). Desse modo é um processo que se estende — em graus e intensidades diferentes — às camadas não-proprietárias como um todo, visando a criar mecanismos compulsórios estáveis de circunscrevê-las ao mundo de um trabalho, altamente espoliador, repressivo e não-plenamente reconstitutivo de suas energias, daí todas as mazelas de subnutrição e baixíssimas esperanças de vida.

Portanto, nesse tipo de organização social da produção, os mecanismos de recrutamento da população colonizada para as estruturas produtivas dominantes assumem essas características, onde fatores de natureza não-econômica parecem ter fundamental relevo explicativo. Do mesmo modo se esta-

(11) O raciocínio que aqui se segue como também termos aspeados que se repetem baseiam-se em FONTENELLE (1982, pp. 113-117).

belece uma visão senhorial de mundo a formar uma "cultura" dominante altamente autoritária, que leva, por parte das classes dominantes, a utilizar as pessoas e as instituições como extensões de seus domínios privados, e que induz, por parte das classes dominantes — que não estão politicamente organizadas — a estabelecerem um comportamento submisso e uma atitude passiva em suas relações com o poder.

A esse processo FONTENELLE denomina de *aitiase*, que tem como conseqüência imprimir nas camadas não-proprietárias — composta por uma gama heterogênea de categorias ocupacionais e de conformações étnicas — uma conscientização de uma identidade comum de pertencerem a um mundo dominado, (12) o que resulta, portanto, numa *identidade social conformada pela submissão*.

3 — A "AITIASE" CONTEMPORIZADA PELA INSERÇÃO SUBORDINADA DOS HOMENS LIVRES NA ORDEM ESCRAVOCRATA CAFEIEIRA: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS FORMAS DE DOMINAÇÃO

Esse segmento do trabalho propõe situar alguns aspectos referentes ao uso da violência institucionalizada pelo crivo do poder patrimonial, como um dos instrumentos viabilizadores da expansão mercantil da agricultura cafeeira pela região de São Paulo. Por outro lado tenta colocar como objetivamente essa expansão se valeu de formas de organização social da produção já estabelecidas por um povoamento anterior, no sentido de apontar como essas formas se articulam às condições históricas concretas da dinâmica dessa expansão.

Tendo em vista que não é uma expansão que ocupa um vazio demográfico e econômico, (13) esse processo implica

(12) Atente-se bem para a dupla conotação do termo dominado. Pela primeira poder-se-ia entender como pertencente a um mundo regido pelos domínios senhoriais da grande propriedade, o que implica na segunda conotação de um mundo regido pela dominação autoritária de quem, a partir da terra, pode exercer o domínio e o usufruto das globalidades funcionais.

(13) Se não é um vazio, também não é uma região que está totalmente subordinada às formas de dominação colonial de natureza mercantil. Assim é que DEAN deixa entrever que nas franjas dessa região, "aberta à ocupação pioneira", existia algum espaço para "... os que procuravam refúgio da opressão da dominação colonial" (1976, p. 20-21).

na *expropriação de terras*, cuja posse econômica já estava nas mãos de famílias nucleares, composta por uma população livre, ocupada numa agricultura predominantemente (14) de subsistência, predatória e semi-itinerante. (15) Apresentando uma conformação étnico-social decorrente da miscigenação entre brancos, de categorias "não privilegiadas", e índios habitantes originais, essas famílias "... aos olhos dos moradores das vilas com maior ascendência social... eram simplesmente consideradas como constituída de caboclos, fosse qual fosse a raça, termo esse que soava vagamente pejorativo, pois trazia implícito os conceitos de rude e de mestiço, sem a conotação favorável de termos como 'exploradores' ou 'desbravadores' (DEAN: 1976: p. 24).

Nessa perspectiva é que o desenvolvimento dessa econo-

-
- (14) Isso porque essa região passa a se constituir em paragem natural das tropas de mulas que transitavam do litoral para o Mato Grosso — quando da descoberta do ouro em 1718 — ensejando assim a nela se desenvolver um "pólo" de suprimento alimentar e a florescer um comércio irregular, o que implica, portanto, numa produção com alguma destinação mercantil.
- (15) Se inicialmente esse caráter itinerante pode decorrer da relação entre abundância das terras e baixa capitalização dessas pessoas que viviam em níveis de subsistência — o que todavia não deixa de conferir a essa forma de exploração um caráter racional — posteriormente a isso vai-se somar e sobrepor um outro caráter de natureza sócio-política. Assim é que a ocupação das terras, em regime de grande propriedade — sistema de sesmaria — para viabilizar a agricultura mercantil, com a conseqüente expulsão dos antigos posseiros, leva a que estes estabeleçam novas formas de avaliação de seu comportamento face a essa situação. Portanto, a impossibilidade da posse legal e a insegurança face aos donatários os levam a métodos predatórios que implicam num mínimo de imobilizações nessas terras desmatadas para o cultivo. Na existência de uma fronteira agrícola móvel e na persistência dessa violência institucionalizada, esses métodos predatórios de cultivo possibilitam uma redução do conflito social nessas áreas. Daí que nesse processo de expansão e da expropriação, as terras já limpas pelos antigos posseiros são apropriadas economicamente pelos sesmeiros enquanto aqueles preferem avançar para novas áreas, onde o conflito todavia é travado com os índios. Portanto, vê-se uma hierarquia de formas de expropriação e de dominação. Todavia, esse processo de avanço tem dois limites. De um lado, a forma de exploração econômica leva a que a monopolização da terra seja usada como uma reserva de valor nesse tipo de agricultura extensiva. Do outro lado, essa expulsão dos posseiros sem uma ocupação imediata de toda a sesmaria adquiria uma significação de ser um instrumento prévio de coação exemplar, visando a afrouxar qualquer possível resistência ou recorência dos posseiros aos mecanismos legais. Portanto, uma medida repressiva prévia de como inculcar um comportamento submisso.

mia latifundiária e escravista leva ao predomínio crescente desses exploradores e desbravadores que — sob uma ótica, um objetivo e uma ação mercantis — vão destruindo ou subordinando essa primitiva economia “cabocla” às estruturas dominantes da economia de carácter colonial (16), uma vez que aí, até então, se desenvolveria um tipo de atividade econômica e se configurara uma forma de organização social que, de um modo geral, não “faziam parte do processo econômico mais amplo da província” (Idem, p. 25).

Seguindo o autor já referido, esse processo implica em novas formas de povoamento e ocupação do solo, resultando em algumas mudanças nas relações de produção. Assim é que, de um lado, essas formas de ocupação e povoamento, baseadas no sistema de sesmarias — como único título de posse da terra juridicamente legitimado nesse tipo de estrutura social, onde o sistema de privilégios tem grande peso (17), — en-

- (16) Esse processo de destruição e recriação subordinada da economia “cabocla” à dinâmica da economia mercantil permite compreender as articulações contraditórias estabelecidas entre ambas. Assim é que a economia cabocla constituiu uma frente de expansão pioneira que ensejou a expulsão dos índios, o desmatamento e beneficiamento das terras que depois foram apropriados pelos grandes proprietários. Portanto, nessa expansão, estes já encontram uma terra “valorizada” pelo cultivo anterior decorrente do trabalho não pago dos posseiros, constituindo, assim, essa posse jurídica, “... um ato inicial de acumulação de capital” (DEAN: 1976, p. 37). Além disso, entre as fazendas “apropriadas” e as terras virgens mais próximas aos indígenas se antepunham os caboclos à procura de novas terras, com isso proporcionando uma situação objetiva que não levaria ao estabelecimento do conflito direto entre grandes proprietários e indígenas. Por outro lado, entre a grande propriedade escravista, monocultural e exportadora, e o minifúndio, estruturado à base do trabalho familiar, se estabelecem papéis subalternos e dependentes para esta. Assim é que a produção escravista cria uma demanda de alimentos atendida pela produção de subsistência “cabocla”, do mesmo modo que o desenvolvimento dessa produção mercantil enseja o surgimento de um “setor comercial” ligado tanto ao transporte dessas mercadorias para o litoral que são os tropeiros, como ao abastecimento alimentar dessa população flutuante, que são os rancheiros e vendeiros. Portanto, ao mesmo tempo que o predomínio crescente da economia mercantil leva a essa subordinação, do seu desenvolvimento emergem atividades que “abrem o sistema social” para a inserção dessas populações livres na economia escravista dominante.
- (17) Segundo DEAN, essas mudanças implicam no surgimento e desenvolvimento de uma classe de grandes proprietários, originados de profissionais liberais residentes nas vilas mais prósperas, de fazendeiros já estabelecidos em outras regiões, de comerciantes e de burocratas civis e militares ligados mais estreitamente ao Estado. Portanto, nesse contexto verifica-se tanto o privilegiamento já dado a alguma forma de

seja o desenvolvimento da grande propriedade senhorial, mercantil, escravista. Do outro lado, abre espaço para o surgimento do trabalho escravo, para a expulsão dos antigos posseiros e para a submissão do restante da população. Essas formas de submissão, baseadas na *dominação pessoal* do grande proprietário, engendram tanto um complexo de relações sociais entre este e os antigos segmentos como também proporcionará que o desenvolvimento da agricultura mercantil reabra espaços de inserção, na "fímbria do sistema econômico", para estes homens livres não-proprietários, submetidos a essa ordem escravista em estruturação (FRANCO: 1983, cap. II).

Esse processo histórico — relativamente rápido — de estruturação de um novo tipo de economia e de sociedade se reflete sobre um novo padrão de povoamento autoritário, repressivo e espoliador (18). Isso porque, em seu bojo, objetiva-se tanto circunscrever as populações aí residentes em novas formas de organização da produção e de trabalho como também estabelecer relações de dominação patrimonial asentadas no mando local, muitas vezes utilizando o concurso da violência armada, o que leva a configurar um potentado. (19)

propriedade prévia (terras ou capital acumulado no comércio) convertido em instrumento de maior acumulação futura, como também o jogo e a influência do poder. Em ambos, todavia, há em comum o fato de serem pessoas que têm acesso aos mecanismos e ao conhecimento referentes à estrutura e à cultura dominante. Por fim, saliente-se a importância da "variável" influência no acesso aos mecanismos monopolistas do poder, o que concorre para que — via privilégio — a própria burocracia imperial possa ter a virtualidade de se converter em "burguesia agromercantil".

- (18) Acrescente-se a isso o que DEAN comenta sobre a ideologia do grande proprietário e do colonialismo como que a justificar esse processo. Como comum às interpretações racistas e psicologizantes vulgares, tentam apelar para o comportamento "indolente", para uma suposta falta de iniciativa empresarial dos caboclos e para sua falta de noção de propriedade e de acumulação. Assim, esse novo povoamento se orientaria para as necessidades de se desenvolver mercantilmente essa região (1976, pp. 29-30).
- (19) "Os ricos em geral não recorriam aos tribunais para resolver ... questões (de terra), o que daria trabalho e trazia implícita uma desagradável igualdade de direitos. Era mais fácil armar um capataz e alguns rendeiros e mandá-los atrás do morador, que depois era designado como "intruso". Ameaças e danos às plantações em geral precediam uma violência maior, de maneira que a expulsão quase sempre se processava sem derramamento de sangue" (DEAN: 1976, p. 32). Portanto, um poder que se institui pelo privilégio e coação arbitrária, daí seu exer-

Todavia, para outros autores (FRANCO: 1983, pp. 78-103), os fundamentos dessa dominação de pessoas sobre esses poseiros "sitiados pela ordem escravocrata" são reelaborados teoricamente noutra perspectiva. (20)

Assim é que, nesta perspectiva, o compadrio aparece como instituto aparentemente nivelador das diferenciações concretas. Em outras palavras, a apreensão social de sua significação e sua internalização, como norma de um comportamento social, constituem código de valores sobre os quais se tecem as relações sociais e ensejam uma vigorosa força ideológica no sentido de se estabelecerem ações orientadas para a prática de papéis complementares dentro de um ordenamento social que é tradicionalmente reproduzido como extensão de uma estrutura familiar, apoiada em padrões de lealdade e de sujeição a uma ordem considerada como natural. (21)

Nesse sentido, as relações de poder se assentam sobre laços de fidelidade política aderida pela troca de favores, o que implicaria numa aceitação tácita — e daí na preservação tradicional — à ordem estabelecida. Numa estrutura de dominação assentada sobre a trama da fidelidade e lealdade pessoais, o político é apreendido como uma dimensão da realidade resumível à troca de favores e a compromissos mútuos. Portanto, disso decorre a ausência de uma consciência mais ampla dos processos sociais inclusivos dos quais emerge a objetividade da dominação para além dos atributos pessoais. Isso porque neste contexto sócio-econômico o político não pode ser percebido — pois, inclusive, ele não se objetiva mais concretamente — a nível institucional mais amplo. As pessoas antes de serem visualizadas como cidadãos (22) são con-

cício decorrer do pressuposto tácito da desigualdade dos indivíduos perante o Estado. Assim, se o conflito não encontra nos mecanismos legais, que o Estado dispõe, as formas necessárias para sua "racionalização", a violência passa a constituir o reforço necessário à manutenção da ordem estabelecida.

- (20) As argumentações daqui em diante desenvolvidas até os seis parágrafos seguintes apóiam-se em FRANCO (1983, pp. 78-103).
- (21) Ao nosso ver, esses valores de lealdade e de sujeição "natural" constituem os elementos básicos sobre os quais se apóiam as relações pessoais dentro de uma família tradicional.
- (22) Ao situar problemas ligados à administração pública e aos instrumentos legais necessários para viabilizar a manutenção da ordem material e social, FRANCO (1983 p. 97-99) projeta a forma de como o homem pobre é visualizado na consciência dos grupos dominantes; à semelhança dos escravos que não tinham direitos mas recebiam sanções

cretamente "criaturas domésticas", pelo exercício de uma dominação pessoal.

A consolidação e preservação dessas formas de estruturação do poder — e do conseqüente controle social —, como modo de continuar a articulação entre povoamento e exploração, se estabelece nesse novo contexto — que é a constituição de uma economia mercantil reelaborando o antigo modo de vida do "caipira independente" — "... com um mínimo de estereotipação em relações que se definam pela dominação pessoal" (Idem, ibidem). Isso porque, como uma relação que se *manifesta* pelo instituto do compadrio — com todos os compromissos mútuos que daí decorrem — não poderia ser definida por uma dominação patrimonial, uma vez que "a disposição e a capacidade para bem servir" por parte dos proprietários a seus moradores e agregados dependentes implica em obrigações por parte daqueles. Portanto, são relações consolidadas num processo de interdependência que decorre do ajuste entre ambos. Isso, todavia, não significa ajuste de iguais, a despeito de se produzir uma formulação ideológica pela qual o sitiante é reconhecido como pessoa e como tal não manipulável e usufruído como coisa, porém, respeitado por um tratamento igualitário que o proprietário daria.

Por outro lado, o processo de adesão do sitiante ao fazendeiro pressupõe que esta tenha uma ação orientada para a observância de seus deveres e obrigações como forma de legitimar e de preservar esse poder. Disso tudo segue-se que as situações de vida, produtora dessa *consciência da indiferença*, (23) e que a cadeia de compromissos, estabelecida para cumprir e renovar esses papéis complementares dentro da comunidade senhorial, resultariam num tipo de *dominação tradicional de natureza patriarcal*.

Todavia, se ao nível da ordem já estabelecida pela subordinação da economia cabocla e pelo exercício da dominação pessoal, essas relações aparecem como manifesta-

sociais negativas. Aqui também a sociabilidade e o exercício da cidadania é afirmada mais pela negatividade, ou seja, pelos encargos compulsórios a que os não-proprietários estavam legalmente sujeitos.

(23) Por essa perspectiva tal elaboração divergiria muito do processo descrito por FONTENELLE (1982, p.) pelo qual a situação produzira nas camadas não-proprietárias a "conscientização das desigualdades".

ções (24) de um poder patriarcal de carácter mais tradicional a própria perspectiva dinâmica e contraditória dessa estrutura econômica e social, já bem demarcada pelo movimento do capital, pode levar a uma compreensão mais ampla do sentido e dos desdobramentos dessa dominação. (25)

Assim é que se essas relações apareciam como momentos de "sujeição" e "autonomia" de onde poderia emergir uma certa consciência de indiferenciação social, a adoção do conceito inclusive de capitalismo permitia captar que a ação dos grupos dominantes era objetivamente orientada no sentido de ruptura dos laços de fidelidade e lealdade mútuas. Em outras palavras, a objetividade dos negócios mercantis constituía o ponto de ruptura dessas relações, apresentadas pelo intercâmbio de compromissos selados por uma relação comunitária apoiada numa autoridade tradicional.

Daí que das contradições entre *sociedade economicamente bastante estratificada e códigos morais de apoio à reprodução social baseados na dominação tradicional*, emergem atitudes de violência criminal, como manifestações individuais de negação desse ordenamento social e de sua reprodução apoiada na tradição. Daí o controle social derivado da dominação pessoal tender a se fortalecer com o concurso complementar da repressão através da violência física, uma vez que se está diante de uma sociedade potencialmente muito tensa e por isso mesmo capaz de nela sempre emergir a violência — seja como *reafirmação* ou como *negação* da ordem estabelecida.

Retomando o desenvolvimento inicial das argumentações desse segmento do trabalho, com base em DEAN, tem-se que a implantação do "sistema social das grandes propriedades

(24) Assim essas manifestações como expressão do político na verdade podem constituir um epifenômeno, se elas forem desvinculadas das relações sociais concretas de produção que fizeram emergir. Assim o aparentemente nivelador pode-se constituir numa imagem "invertida" da realidade, ou seja, numa força ideológica que sancione a dominação e a espoliação. Isso porque "...identificar apenas como traços destruídos de investigação real, a consciência e a afirmação do "nivelamento" social do fazendeiro e do sitiante e o trato "igualitário" manifesto (grifo nosso) entre eles, seria empobrecer o conhecimento de suas relações. O compadrio é estratégico para se penetrar essa ideologia" (FRANCO: 1983: 79).

(25) Nessa perspectiva é que se pode captar esse sentido e essa dinâmica utilizando-se das próprias proposições gerais da autora ao tomar por referência de seu trabalho o capitalismo como conceito inclusivo (FRANCO: 1983: 14).

era de extrema violência. A expulsão dos posseiros, a defesa dos limites imprecisos das propriedades, a supervisão da força de trabalho escravizada, o controle social dos que não tinham terras, tudo exigia o *emprego da força*, (grifo nosso). Agregados eram recrutados como capangas, uma política particular que guardava as demais e executava qualquer ato violento que o fazendeiro lhes ordenasse inclusive assassinatos. Às vezes se encontrava quem gostasse desse tipo de ocupação tirânica, mas a maioria dos rendeiros temia desempenhar essas atividades que os expunham aos perigos da vingança pessoal. Os camaradas, inseguros e sem raízes, (26) freqüentemente envolviam-se em turbulências a esmo, em geral voltadas contra seus semelhantes” (1977: 26).

Desse modo se está diante de um tipo de sociedade onde a violência impera latente ou manifestamente. E isso se expressa tanto nas formas cabíveis de reconstituição dos laços morais mantenedores da solidariedade — para usar uma linguagem de Durkheim — como também através dos reforços necessários à preservação dos processos de estratificação social. Disso decorre também que mecanismos “contemporizados” de circunscrever as populações não-proprietárias à organização da produção e do trabalho social se apóiam em processos violentos e em formas extremadas do exercício de um poder que continua a derivar — sem mediatizações mais amplas da grande propriedade.

Na conclusão desse segmento do trabalho é que o recurso a instrumentos metodológicos e a perspectiva de reconstituição intelectual e de explicação e compreensão de uma realidade social se fundem. Assim é que DEAN menciona que “... a taxa de crimes de morte no interior de São Paulo em 1835 foi de 32 por mil, e no distrito que incluía Rio Graco alcançou, naquele mesmo ano, o número espantoso de 176 por mil. Sem dúvida, aquela região de fronteira sofria os mais altos índices de violência” (Idem, *ibidem*). Por seu turno, FRANCO (27) tem como objeto estudar os problemas da ordem local vinculados às transformações advindas com a expansão cafeeira, bem como os processos de submissão e

(26) Ao nosso ver essa conotação poderia ser melhor explícita caso se atentasse para a dinâmica de um processo que ensejaria a que os antigos camaradas — pela expansão crescente da economia da grande lavoura — acabassem sendo desenraizados de suas antigas condições de vida.

(27) As argumentações daqui em diante desenvolvidas apóiam-se na referida autora (1983: 17), bem como as passagens aspeadas.

inserção dos homens livres não-proprietários à ordem escravista. Para tanto, escolhe como universo de estudo a comarca de Guaratinguetá, uma região mais pobre e que por isso mesmo proporcionou articular "... nexos de recorrência entre estabilidade e mudança social". Nessa perspectiva a reconstituição das relações comunitárias que presidiam o convívio social entre esses homens livres se torna difícil pois a ausência de registros históricos reflete as condições de vida concreta em que estes foram marginalizados de nosso processo histórico real. Assim, os processos-crimes aparecem como única fonte possível a essa reconstituição. Ao utilizar inicialmente esse material como recurso metodológico, a autora, com a continuidade de sua pesquisa, vai paulatinamente percebendo que as situações de tensão não se limitam apenas a esses momentos, posto que "... violência aparecia por toda parte como elemento constitutivo das relações mesmas que se viviam conhecer". Disso decorre que a violência, como ação social eivada de forte significação cultural, nesse contexto histórico se torna uma manifestação "expressiva e válida", pois está "entranhada na realidade social" e, como tal, é significativa para compreendê-la e explicá-la.

4 — ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DOS HOMENS LIVRES NÃO-PROPRIETÁRIOS DENTRO DE UMA SOCIEDADE SENHORIAL ESCRAVOCRATA

As formas de como se organizou a ocupação produtiva das terras através do instituto da sesmaria, beneficiando homens de grandes cabedais (28) — fidalgos, altos burocratas do Império Português e mercadores enriquecidos com o comércio das Índias e com o tráfico de escravos — e objetivando empreender culturas que exigiam grandes inversões iniciais, ensejaram uma rígida estratificação social no Brasil. Todavia, por outro lado, como decorrência da própria com-

(28) A isso poder-se-ia acrescentar mais especificamente aqueles que, embora não tivessem efetivamente os capitais suficientes para organizar a empresa agrícola mercantil, estavam numa posição social onde o prestígio e a persistência de formas de privilégios consistiam em virtualidades necessárias para empreender a acumulação de capitais. Para tanto, mencione a aliança senhorial-mercantil de que fala MERCADANTE (1980), como forma de viabilizar econômica e institucionalmente a colonização mercantil no Brasil.

plexificação da idéia inicial do Pacto Colonial, no Brasil as formas de povoamento e os desdobramentos daí derivados redundaram na formação e desenvolvimento de uma camada de homens livres não-proprietários.⁽²⁹⁾ Estes se proliferavam pelo crescimento vegetativo da população, para qual a miscigenação concorria significativamente, e pelo incremento migratório, decorrente tanto da política compulsória do povoamento via penas de degredo como também da perda de Portugal de suas principais colônias no Oriente.

Na sua grande maioria não tinham a posse legal consequente do uso econômico da terra mas nela realizavam culturas de subsistência, destinadas ao autoconsumo, ou então uma produção complementar às exigências e às necessidades de reprodução econômica da grande propriedade. Constituíam essa população os moradores, sitiantes, posseiros e lavradores obrigados, tendo em comum a condição de estarem dependentes e submissos dos grandes domínios. Portanto, embora previamente se inserindo como expropriados "institucionalmente" na estrutura social de colônia, não foram integrados às atividades fundamentais ou não foram submetidos às relações de produção dominante, ⁽³⁰⁾ ambas marcadas pela natureza mercantil.

Essas formas de inserção na estrutura social expressam as condições institucionais e os fatores histórico-estruturais próprios a uma colônia de exploração mercantil, da qual derivava a escravidão, como forma dominante de espoliação do trabalho social excedente. Se já se inseriam na ordem colonial como expropriados — não como decorrência do desenvolvimento das forças produtivas mas como contingência do monopólio fundado em privilégios "pré-capitalistas" — por outro lado tinham condições de reproduzirem margi-

(29) Essa caracterização de não-proprietárias é decorrência de que no tipo de colonização encetada no Brasil a propriedade se revestia de formas jurídicas que a legitimassem, o que implica numa posse onde a mistura de privilégio e acesso aos capitais se constitui no mecanismo básico para acesso a esse direito, do qual os demais decorria.

(30) Segundo ANDRADE, "...constituindo uma boa parcela da população, rural, eram esses moradores uma reserva de mão-de-obra que poderia ser utilizada pela agroindústria do açúcar, que não absorvia esta massa humana disponível por preferir o trabalho escravo ao assalariado. Formava-se, assim, lentamente, como que a espera da extinção do tráfico, uma reserva de mão-de-obra de que os proprietários dispunham na hora em que os escravos lhes faltassem". (1980: 76)

nalmente (31) suas condições materiais de existência, não se submetendo ao trabalho compulsório e não se proletarizando (FRANCO, 1983, 14). Portanto, essa população de homens livres não-proprietários — consequentemente não cidadãos no verdadeiro sentido do conceito — se reproduzia socialmente ao longo de um processo de colonização mercantil, o que implicava em constituir uma massa de pessoas marginalizadas dos processos econômicos e sociais dominantes numa sociedade assentada sobre as relações escravistas. (32)

- (31) Esse conceito de marginal não é aqui tomado no sentido de uma reprodução que se realiza fora dos circuitos desse ordenamento sócio-econômico mas decorre dos espaços que se abrem nos “interstícios” e na “fimbria do sistema econômico” dominante.
- (32) Quanto a essa problemática PRADO JÚNIOR, a despeito de colocá-la como produto da estrutura econômica colonial, (1979: 285), não proporciona uma elucidação teórica mais consistente, que leve a uma compreensão orgânica desse fenômeno. Assim é que em muitas passagens em que analisa a “Organização Social” (Idem, 281-285), cai em esquematismo conceitual e em alguns travos racistas e moralistas. Portanto, diante da constatação dessa população que se prolifera “às margens” das relações escravistas dominantes, apenas a classificação como “...um número que vai se avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e dos inadaptados; indivíduos de ocupações incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”. (Idem, 281) Diante disso, não conseguindo descer a uma análise concreta da formação social brasileira, em sua especificidade e dinâmica, acaba por não levar a uma compreensão teórica mais objetiva para a questão na medida em que os conceitua como “elemento indefinido socialmente”. Não captando as contradições que engendram tal camada social, pode conduzir a uma certa concepção funcionalista sobre o tipo de estrutura social da colônia na medida em que os considerava — com um forte crivo ideológico — inadaptados e inúteis. Daí que descamba para uma certa postura moralista e racista quando os caracteriza como “embrutecidos e moralmente degredados”. Quando atribui para seu comportamento inconformado — porém não politicamente articulado numa perspectiva de projetos políticos alternativos a ordem estabelecida, de natureza mais amplos — uma certa exploração dos instintos refeedos que todavia continuam a correr em suas veias.

Portanto, antes de serem esses elementos indefinidos socialmente — caso não se tome uma perspectiva teórica eivada de uma rígida visão categórica e dicotomizada da estrutura social, o que acaba por conduzir a um certo estruturalismo — são resultados de uma dinâmica social que os produz como desclassificados de uma ordem social escravocrata, rigidamente estratificada em termos estamentais (SOUZA: 1982). E, por outro lado, não são delas aliados na medida em que nela ocupa “papéis” sociais intermitentes e fluidos, como jagunços, tropeiros, vendeiros e mesmo como população “amorfa” que enrossa as fileiras do poder clientelista, como o próprio PRADO JÚNIOR menciona.

As condições concretas que possibilitam essa reprodução marginal parecem encontrar suas matrizes na natureza do povoamento subordinado às necessidades de viabilizar uma colônia de exploração. Povoamento esse que se expande pelo crescimento vegetativo da população e exploração essa que continua no tempo em virtude do próprio carácter cíclico e da saturação monocultural que marcam a evolução histórica da economia brasileira, principalmente em todo o período pré-industrial. (33) Assim é que na existência de uma fronteira agrícola móvel — o que permitia conferir à exploração econômica um carácter essencialmente rudimentar, extensivo e dilapidador — as terras, no sentido restrito de fonte de manutenção de uma mínima sobrevivência, poderiam ser consideradas como um bem livre, o que numa interpretação meramente mercenarista poderia explicar a impossibilidade do emprego do trabalhador livre e assalariado. (34) Todavia, nessas condições históricas, os mecanismos institucionais nos parecem de grande valia para a compreensão dos processos de incorporação dessa população ao mundo da produção dominante, implicando em algum tipo de coação que todavia não decorre de formas compulsórias manifestas mais nitidamente.

Diante de tais condições é que se possibilita entender uma certa articulação orgânica — ainda que um pouco tênue, pois o fraco desenvolvimento das forças produtivas não enseja uma plena unificação do espaço econômico. Assim é que, de um lado, tem-se a constituição dominante da grande propriedade pelo controle monopolista e institucionalizado das terras com maiores vantagens e potencialidade de exploração mercantil à base do trabalho escravo. De outro, a tendência a sobrar alguns espaços econômicos e geográficos — ainda que estes passassem a ser crescentemente reduzidos — levou a que o povoamento desses homens se assentasse sobre

(33) Nessa perspectiva menciona-se a natureza conjugada da regressão econômica nos períodos de declínio dos ciclos agrícolas e extrativistas com a expansão vegetativa e geográfica da população através da proliferação de uma economia de subsistência, como fala FURTADO (1976: cap: XII e XV).

(34) Nessa perspectiva é que FRANCO admite que — diante da impossibilidade do aproveitamento da força de trabalho do dependente e diante da impossibilidade de circunscrevê-los a formas de trabalho compulsórias — se estabelece uma teia de relações entre fazendeiros e sitiantes visando à utilização do trabalho desse último, sem, todavia, "...constituir uma relação patrimonial típica" (1983: 84).

uma base econômica rudimentar e instável, que era a produção de subsistência organizada em regime de trabalho familiar, todavia, não deixavam de estar submetidos direta ou indiretamente ao controle político e social exercido pelo grande proprietário. Nesse sentido, esses homens livres acabam de fato submetendo seu destino individual e social (35) como camada componente de uma sociedade — aos desígnios de uma vontade pessoal, (36) o que os colocava à margem de um efetivo exercício autônomo da cidadania. (37)

Por outro lado, os objetivos essenciais que nortearam a ação espoliativa colonial — pela ocupação, povoamento e valorização mercantil das terras conquistadas — ensejaram a que esses homens livres não proprietários se mantivessem à margem dos papéis fundamentais pertinentes à organização social da produção mercantil. Todavia, a condição social e o destino histórico dessas populações passam a ser deter-

(35) "O carácter prescindível" que o homem pobre tinha de si mesmo como sujeito da estrutura sócio-econômica dominante levava a que sua existência fosse considerada dispensável. Isso o colocava numa situação visualizada como "imutável e fechada", decorrendo daí que as formas de dominação fossem "experimentadas como uma dádiva de seus superiores". Nessa perspectiva formulada por FRANCO (1983: 104) é que FONTENELLES (1982) reafirma a condição de um comportamento conformado pela passividade, o que ao nosso ver resulta numa alienação conformista face à dominação, tomada como uma forma de não se assumir uma autonomia mais conseqüente como ser social. Todavia, na impossibilidade de se estabelecer uma visão crítica com base na organização futura de outro tipo de sociedade, é que os movimentos de contestação tendiam para o messianismo. "Por tudo isso, essa visão crítica de sociedade onde ele não tinha razão de ser ... perdeu-se na impossibilidade de querer socialmente alguma coisa" (idem, 106). Da constatação dessa "inexistência como ser social," o comportamento negador da ordem estabelecida se manifestava assim a posição circunstancial e alienante de revolta individual, enseja-se com isso a impossibilidade de vislumbrar uma mudança de natureza mais estrutural, onde o caipira pudesse se afirmar como classe (Idem, ibidem), mas apenas como negador individual de uma dominação pessoal.

(36) Essa redução do político como uma sujeição a uma vontade pessoal dominante pode encontrar uma explicação mais imediata na constatação de que "... o espaço em que ocorriam os fenômenos políticos exorbitava o universo do homem pobre, estava por demais distanciado do cotidiano das populações do interior e arredado de seus interesses" (FRANCO: 1983, 82).

(37) "Essa completa ausência do reconhecimento social do homem pobre vai mesmo à afirmação de sua insuficiência para o exercício dos mais elementares direitos do cidadão, como o recurso à justiça" (FRANCO: 1983, 97).

minados pela economia exportadora, latifundiária, monocultural e escravista. (Idem, *ibidem*) (38)

Assim é que se esta economia ao mesmo tempo em que os exclui dos processos fundamentais de produção ensinará também que as formas de inserção desse segmento social na sociedade indusiva — pois dela não se apartavam radicalmente — se subordinassem aos processos de reprodução dessas próprias formas dominantes. Isso porque o processo de complexificação de uma colônia de exploração mediatazada pelas contingências peculiares do povoamento na América Portuguesa levou a que esses homens livres se conformassem subordinada e dependentemente — direta ou indiretamente — à produção e aos domínios do grande proprietário. E sobre isso, ao nosso ver, se assentam as bases históricas da gênese de constituição e do desenvolvimento dos homens livres não-proprietários. Estes, a despeito de seu trabalho não constituir a força produtiva básica numa economia do tipo colonial, passam a compor um exército de população instável executando intermitente, sazonal e subsidiariamente uma gama de ocupações — que hoje a literatura econômica consagra como trabalhadores autônomos — as mais diversas, todavia, na condição social comum de agregados dependentes dos grandes domínios senhoriais. Na impossibilidade histórica de se desenvolverem como classe em si e inserida numa ordem social onde a sociabilidade e a cidadania apareciam nas suas formas de consciência e nas normas sociais mais pela negatividade (Idem, 98-99), se constituíam como homens que, embora juridicamente livres — portanto, formalmente considerados como indivíduos ou na verdade tinham seus projetos de vida objetivamente dominados e subordinados pela ordem senhorial escravocrata.

Portanto, os desdobramentos encetados pelo próprio desenvolvimento da economia exportadora passaram a deman-

(38) Como exemplo concreto dessas aberturas do sistema social para a inserção desses homens livres FRANCO (1983) analisa o caso do vendeiro. Para a autora, este sujeito social "...foi um produto do setor mercantil da sociedade ... (e sua ... posição... incerta e oscilante se localizava nos intervalos dos grupos componentes do sistema social. Sua atividade se transcorria na intersecção dos planos em que se desdobrava a economia — o mercantil e o de subsistência. Seu comportamento reúne características tanto dos extratos superiores, com a exploração hábil dos esquemas de dominação, quanto das camadas pobres, participando de sua moralidade. Portanto, na sua ação econômica e em seu comportamento social, o vendeiro expressa a articulação contraditória."

dar secundária e subsidiariamente formas intermitentes de ocupação e outras atividades que não tinham condições estruturais de se apoiarem em relações escravistas. Ensea-se com isso o desenvolvimento de um setor baseado no trabalho de homens livres não-proprietários, todavia, inserido dentro da ordem social escravocrata, ou seja, situando-se nos interstícios da organização social da produção colonial dominante. (Idem, p. 61)

5 — AS AITIASES “CONTEMPORIZADAS” NA ATUAL SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL ATRASADA: PROCESSO DE RECRUTAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO LIVRE NO “CAPITALISMO PATRIMONIAL”.

Nesse segmento do trabalho se procurará discutir a permanência relativa desses processos tomando como investigação empírica, que leve a “comprovação” desse nosso pressuposto teórico, um dos momentos em que se tece a trama de conscrição das populações subalternas para o mundo da produção e do trabalho, qual seja o processo de recrutamento de mão-de-obra para as empresas. Portanto, se observará, se descreverá e se tentará explicar o modo pelo qual certos segmentos proprietários em nossa atual sociedade dependente — ainda que urbano-industrial — “comandam” o processo de recrutamento e seleção da força de trabalho assalariada e formalmente garantida pelos direitos de cidadania.

Todavia, o modo de como esse processo se concretiza parece que guarda uma relação de continuidade com aqueles que presidiam as relações de poder e de produção entre os segmentos proprietários e não-proprietários nos vários níveis de uma hierarquia de papéis existentes dentro de grandes domínios patrimoniais da colônia, ainda que fossem orientados para a produção mercantil. A aceitação dessa continuidade — ao nosso ver — decorre da persistência da fragilidade da atual sociedade civil brasileira — principalmente no Nordeste — mais ainda no Ceará — contrastando com a onipresença do Estado, que é ainda mais forte em regiões onde o controle de seus aparelhos é confundido com a gerência de negócios privados. Disso decorre que a cidadania, principalmente para os segmentos não-proprietários e as populações “marginais”, tenham pequenas margens de execução concreta e mais conseqüente. Por outro lado, os mecanis-

mos legais e institucionais que presidem a convivência social parecem ganhar mais significação, para as camadas marginais, pelos componentes repressivos e, portanto, negativos dos critérios normativos legalmente instituídos. Daí que tende a se revestir de uma forma de conduta social que é legitimada pela coação negativa à vida social.

Disso decorre nossa hipótese de trabalho e de investigação assentada na idéia de que esse processo de intermediação é circunscrito dentro de uma determinada visão de mundo que orienta a ação dos empresários, nas formas de solicitação de mão-de-obra aos postos de intermediação ou no recrutamento direto. Por essa visão de mundo se permite captar que — entre o passado colonial, senhorial e escravista, e a atual sociedade brasileira urbano-industrial, subordinada integralmente ao modo de produção e reprodução do capital em escala mundial — existem vínculos evolutivos — e não rupturas mais profundas — que parecem configurar essa continuidade essencial, a despeito de manifestações históricas concretas bem diferenciadas.

Assim é que a idéia de monopolização, a exacerbação do autoritarismo, a exibição ostensiva e simbólica de traços de privilégios e de diferenciação, a tentativa de instrumentalizar pessoas e instituições para além de suas dimensões produtivas e do controle social mais impessoal, tudo isso continua a persistir, como instrumento necessário para a reprodução de estrutura social. E isso parece se agudizar mais em regiões, onde o frágil desenvolvimento das forças produtivas não permite incorporar grandes parcelas da população ao mundo da produção e do consumo nitidamente capitalista. Permanecem as formas de dominação política, que derivam diretamente da propriedade e do acesso ao controle dos aparelhos do Estado, e que conduzem as formas de convivência social bastante autoritárias e repressivas. Portanto, perpassa grande parte de nossa cultura e de nosso comportamento social uma essência colonial não erradicada, a despeito de não se estar mais diante de uma economia, com características, estrutura e dinâmica que eram próprias de uma colônia de exploração, constituída pelo povoamento.

Ao nível específico de nossa problemática empírica, a persistência de uma certa visão de mundo de essência colonialista e senhorial a nortear — por parte dos certos setores empresariais supostamente mais tradicionais — os processos de recrutamento da população para o mundo do trabalho

nos conduz a uma série de questionamentos metodológicos e teóricos por dois motivos básicos. Por um lado, admite-se que esses processos são eivados de atitudes e de comportamentos articulados por uma matriz cultural de natureza colonial. Por outro lado, a perspectiva de historicidade para a compreensão dos processos sociais proporciona uma perspectiva de elaboração teórica onde o econômico, o político-jurídico e o ideológico-cultural se apresentam interdependentes e articulados a uma totalidade concreta e específica, que é o conceito marxista de formação social. Em outras palavras, a apreensão dessa formação social concreta decorre das leis de produção e reprodução articuladas por um modo de produção dominante, onde a organização social do trabalho coletivo é a matriz ordenada dessa realidade.

Desse quadro de referência teórica mais amplo depreende-se uma questão básica, cuja possibilidade de encaminhamento para uma resolução teórica poderá elucidar (ou não) a problemática em estudo e a investigação empírica. Posta nesses termos, a questão tem uma longa elaboração que se segue: *Como a economia brasileira se transformou a tal ponto que sua produção, suas características sejam regidas e identificadas respectivamente como capitalista — além de ter uma dinâmica de crescimento endógena de base industrial — e ao mesmo tempo se convive com matrizes culturais que não parecem ser compatíveis com um ordenamento social e com atitudes empresariais “acabadamente” burgueses, embora tais matrizes persistem e perpassam a comportamento coletivo, baseado pelos extremos da dominação discricionária e abusiva e da submissão passiva e dependente?*

Além disso, o encaminhamento para seu equacionamento metodológico — dentro dos cânones que regem as diferentes ortodoxias — tende a ser aparentemente inconciliável. Isso porque as especificidades das questões levantadas como objeto de investigação se orientam para a adesão a um quadro teórico dominado pelo conceito de totalidade concreta. Portanto, o materialismo histórico e a economia política seriam as vigas mestras — embora não as únicas — a eleger nossa análise sobre o desenvolvimento histórico das sociedades e, portanto, certas manifestações específicas desta, pois possibilitam uma compreensão abrangente e dinâmica. Todavia, a despeito de não termos a pretensão de resolver tal questão — principalmente nesse estudo — achamos que seu encaminhamento pode ser bem adiantado, caso se atentem para as

especificidades e complexidades de nosso processo histórico rico — mas pobre de soluções — que não permite uma reprodução ou um enquadramento ortodoxo a quaisquer formulações teórico-conceituais.

O quadro de referência para as tentativas de resolução dessa problemática parte das discussões sobre o processo histórico da constituição inicial e evolução subsequente do Brasil, como colônia de exploração mediatizada pelo povoamento e posteriormente como Estado-nação dependente, integrado às formas burguesas de produção, sem todavia ter para que realizar objetivamente as clássicas conquistas políticas e culturais de uma revolução burguesa. (39)

- (39) Essa argumentação se apóia nas teses defendidas por IANNI (1984) sobre o período histórico de consolidação de uma sociedade urbano-industrial no Brasil. Para este a plena constituição de formas de produção burguesas bem desenvolvidas — ainda que dependentes — no Brasil requereu que se efetivasse paralelamente a esse processo uma contra-revolução burguesa no plano das conquistas políticas e culturais mais amplas para as populações não-proprietárias. Por essa perspectiva a crise de hegemonia no Brasil — que é o chamado período populista do nacional — desenvolvimentismo — consiste na impossibilidade de uma facção da burguesia manter-se no poder e ao mesmo tempo realiza uma revolução burguesa clássica, pois isso, inclusive, iria implicar numa mudança na configuração das forças dominantes do capital internacional, o que histórica e estruturalmente pareceria sem sentido. No bojo das contradições internas e externas que marcam esse período é que se verificava ampla aliança de classes para a consolidação da dominação burguesa. Assim é que o populismo — como política de massas, todavia, restrito ao centro-sul urbano-industrial, portanto, não penetrando mais intensamente no Nordeste e no campo — toma corpo na vida política institucional e política ensinando a que a participação política não-passiva chegue a certos segmentos das camadas populares. Assim é que a sociedade civil politiza-se, o povo toma consciência de classe e as contradições passam a se manifestar mais explicitamente. Nesse contexto a reação burguesa consiste fundamentalmente em resolver a seu favor essas contradições apoiando-se nos militares e no imperialismo. Disso decorre, portanto, uma contra-revolução burguesa — que foi o golpe de 1964 — encetada pelas próprias contradições e limites históricos de uma clássica revolução burguesa no Brasil. A "...contra-revolução burguesa embutida no processo histórico brasileiro... (conduz a uma)... ditadura (que) foi levada a adotar medidas e políticas de cunho social, educacional, econômico, político, cultural e outras que aceleram o processo de transformação da sociedade brasileira em uma vasta fábrica de produção de ... mais-valia (grifo nosso) (Idem, 98). Portanto, para IANNI, o militarismo, como instrumento operador dessa contra-revolução, constitui uma face especial que a luta de classe assume no Brasil. Consiste essa face num

Assim é que a colonização, norteadada pela ação espoliativa e apoiando-se no povoamento, constituiu os meios subordinados de realizar os interesses da espoliação interna — mais rápida e com mínimos custos — e da apropriação externa. Essa constituição inicial evoluiu por um processo histórico ao longo do qual não ocorreram transformações significativas ou revoluções que erradicassem totalmente esse passado. Ao contrário, a evolução histórica da formação social brasileira é marcada por sucessivos rearranjos internos articulados à dinâmica de reprodução do capital e em escala mundial, culminando nos dias de hoje numa “modernização reflexa” na tentativa mimética e ao mesmo tempo defasada de “ajustes” ao processo de desenvolvimento capitalista, o que levou a RIBEIRO de denominar esse processo evolutivo de “atualização histórica” (1981). Isso porque é marcado pela dependência e subordinação ao capitalismo internacional, onde se conjugam interesses de grupos dominantes locais com a dinâmica externa, o que não leva a que esses grupos tenham muitas razões históricas de realizar um projeto nacionalista de maior fôlego.

Essa “atualização histórica”, como contemporização das matrizes coloniais, parece ensejar a permanência da essência de nossas determinações como economia e sociedade na acepção mais radical e abrangente que o conceito de dependência possa ter, o que nos conduz a utilização teórica do *princípio residual de realimentação* (FONTENELLE: 1982: 13-15). Esse conceito operativo leva a apreender como a evolução da economia brasileira, cujo *sentido* decorreu da constituição de uma *colônia de exploração* (PRADO JÚNIOR: 1979, 30-32) esteve marcada por subordinações sucessivas à dinâmica capitalista internacional, ajustando-se e atualizando-se aos vários estágios dessa dinâmica histórica. Portanto, o carácter dependente e parcial de nosso desenvolvimento capitalista — por não implicar numa homogeneização material e cultural às determinações de uma totalidade plenamente burguesa tomada como um ideal-tipo — engendra a reprodução ao longo do tempo de *formas* de manifestação da realidade e do comportamento sociais, cujas especificidade ao nível da fenomenologia parecem ser melhor captadas por um instrumental weberiano. Isso porque são

disfarce da dominação da grande burguesia, com a supressão das conquistas — ainda que não tão amplas — sociais e políticas de cunho popular e democrático em geral efetivadas no período populista e destruídas para transformar a sociedade brasileira numa vasta fábrica para o grande capital (Idem, 94-101).

manifestações que continuam atreladas a uma matriz colonial e, portanto, dizem respeito às especificidades de elementos e características híbridos — ainda que articulados a uma única dinâmica — detectados ao longo de nossa formação social.

Portanto, o equacionamento metodológico aparentemente inconciliável com a armação teórica de levantamento da problemática pode, todavia, ser exequível, caso se leve mais em conta as especificidades de uma essência histórica fundamentalmente “híbrida” na determinação de nossa formação social, que desde o início foi marcado pelo crivo do desenvolvimento capitalista, entendido esse processo numa perspectiva marxista. Portanto, torna-se necessário ressaltar que esses elementos “híbridos” não decorrem de uma combinação harmônica de elementos antagônicos — como quer Gilberto Freyre — mas decorrem de contradições específicas que singularizam a nossa história.

Essas manifestações, apreendidas pela *historicidade* da constituição e do desenvolvimento da formação social brasileira, não podem ser analisadas e compreendidas por um enquadramento ortodoxo, a um marco teórico, cujos conceitos foram gerados em contextos históricos e experiências de desenvolvimento bem diferentes. Como tal, sua transposição redundaria num processo de enquadrar a *realidade sensível percebida* num *quadro teórico já preestabelecido*.

Disso segue-se que conceitos como modo de produção, revolução burguesa, burguesia nacional, nacionalidade, cidadania, organização da sociedade civil, dominação racional-legal parecem ter por si só alcances limitados para reconstituição de nossa realidade. Surgidos como reflexão intelectual decorrente de uma revolução social abrangente na Europa, e teorizados pelas ciências sociais, tais conceitos, aplicados à análise concreta de realidades onde persiste uma significativa herança colonial, acabam-se convertendo em representações ideológicas com os quais se tenta criar e arrumar essas realidades. Portanto, — a despeito de essas características específicas estarem articuladas a uma lógica interna própria e predominante que é viabilizar a acumulação do capital — esses aspectos “híbridos” requerem uma maior flexibilidade e inventividade teóricas — das quais os “interstícios”, os “paracícios”, a “fímbria do sistema econômico” sugerem recorência. Isso porque não podem aderir a qualquer ortodoxia metodológica e teórica, uma vez que esses aspectos continuam como resíduos fortes de um passado atualizado por

um tipo de sociedade — que mais do que outras — está presa a diversas histórias, como postula BALANDIER (IN FONTENELLE: 1982, 14).

Estribado nessas preocupações e intrincado nessa armadilha teórica que decorre da própria complexidade de nosso desenvolvimento histórico desigual e combinado, (40) é que se tentara estabelecer um encaminhamento analítico que aponte possíveis soluções para o aparente paradoxo. Este paradoxo consistiria, de um lado, na evidência de uma economia urbano-industrial que tem sua própria dinâmica interna — ainda que dependente do capital financeiro internacional — e, de outro, a persistência de matrizes coloniais a presidirem determinadas formas pelas quais os grupos proprietários — principalmente em regiões mais atrasadas — continuam a visualizar os segmentos não-proprietários, as instituições sociais e os aparelhos de Estado. (41) A apreensão específica e con-

(40) Para Stanley Stein "... nosso traço contemporâneo mais notável é o contraste brutal entre miseráveis comunidades rurais e metrópoles rutilantes, as técnicas primitivas e a tecnologia avançada, a pobreza e o luxo, a fome e a abundância. É o resultado de três séculos de subordinação à Espanha e a Portugal, diz ele, ao que acrescentamos, é a 'modernização' dessa herança arcaica e desconjuntada, que conserva, virtualmente intactas, as linhas de força com as quais foi de início estruturada" (FONTENELE: 1985: 24). Ao nosso ver, tais colocações parecem caracterizar o processo de desenvolvimento desigual e combinado, que desde o início esteve subordinadamente articulado ao desenvolvimento geral do capitalismo. Todavia, se esse processo é genérico para o capitalismo, no Brasil comporta uma agravante que aguça essas contradições manifestas. Assim a permanência da matriz colonial, atualizando situações de dependência, implica na exacerbação dessa realidade aparentemente desconjuntada, mas que, entretanto, está articulada a uma dinâmica social.

(41) Algumas atitudes destes levam a evidenciar a forma de como essa visão se "concretiza". Assim é que em muitos casos não se tem uma consciência mais ampla de que as instituições e os aparelhos de Estado — a despeito de, em última instância, favorecerem a reprodução de sua dominação social — são formas de mediatização mais ampla e pessoal entre essa dominação e a sociedade em geral, na medida em que tentam estabelecer o controle social e regular a reprodução do capital em geral e não favorecer segmentos específicos. Todavia, o fato é que alguns desses segmentos mais "tradicionais" — porque atrasados econômica e culturalmente — estabelecem uma visão de mundo a presidir suas ações concretas, onde as pessoas, as instituições e os aparelhos de Estado podem ser passível de manipulação e usufruto pessoal como extensão direta de seu poder pessoal, portanto, com extensão de seu patrimônio privado. Assim faltaria uma perspectiva de perceber a ordem social como uma realidade mais genérica e ampla que está

creta de um dos momentos em que esta visão de mundo aparece decorrerá então da análise dos processos de intermediação de mão-de-obra, nos quais a influência dos empresários se faz sentir com uma forte essência colonial patrimonialista.

Por fim, como "teste" às nossas argumentações teóricas — que constituem as hipóteses iniciais e a fonte da problemática mais ampla — se realizará um estudo empírico, preferencialmente de natureza qualitativa. Esse terá por objetivo captar alguns procedimentos utilizados em certas formas e em certos casos de recrutamento da mão-de-obra na Região Metropolitana de Fortaleza, com base em dados primários coletados nos núcleos e Postos do SINE/CE destinados a intermediar mão-de-obra para as empresas demandadoras, podendo também partir para algumas formas de observação participante. Tendo em vista informações já previamente levantadas por nós — todavia, assistematicamente — esse estudo visará encontrar algumas evidências que denotem a persistência dessas "*aitiases contemporizadas*" e a visão que os empresários apresentam em suas ações orientadas para o recrutamento e manutenção nos empregos da força de trabalho.

A hipótese em torno dessa persistência deriva da argumentação de que os empresários, em suas práticas de recrutamento, explicitam uma visão de mundo e de sociedade que guarda elementos e atitudes semelhantes àqueles que norteavam o poder dos potentados rurais nas formas de circunscrever as populações não-proprietárias ao mundo da produção dominante. E isso confere a ambas as ações alguma essência comum.

Desse modo, o encaminhamento analítico com vistas a resolver (ou melhor a reduzir) essa armadilha teórico-metodológica se travará no sentido de tentar elucidar como se tornar possível essas *aitiases contemporizadas* continuarem objetiva e subjetivamente circunscritas a uma economia de base urbano-industrial, com uma população economicamente ativa de predominância urbana e formalmente investida do acesso à cidadania.

fora de seus domínios pessoais, como indivíduos, embora, não a esteja como classe social dominante. Todavia, resta argüir se essa falta de visão não corresponderia a realidade concreta do frágil ordenamento da sociedade civil e das grandes limitações da cidadania, ensejada por um tipo de organização social, presidida por formas de dominação de natureza patrimonialista?

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 4 ed, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas. 1980.
- BENEVIDES, Ireleno Porto. *Algumas Características da Estrutura Econômica Colonial subordinada ao Sistema Mercantilista de Colonização como Elementos para a Formação da Economia e Sociedade Brasileira*. Fortaleza. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos (UFC). 1985 (mimeo).
- DEAN, Warren. *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1976.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional (Contribuição à Sociologia Política Brasileira)*. 2 ed. São Paulo. Coleção Brasil. CEN.
- FONTENELLE, L.F. Raposo. *Um Mundo Dominado (As Matrizes Coloniais da Submissão na Identidade Social do Povo Brasileiro)*. Fortaleza. UFC. 1982.
- FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3 ed. São Paulo. Kairos. 1983.
- FREUND, Julian. *A Sociologia de Marx Weber*. 3 ed. Rio de Janeiro. Forense. 1980.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro. Ed. Nacional. 1976.
- IANNI, Otávio. *O Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis. Vozes. 1984.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. 1.º e 2.º vol. 7 ed. São Paulo. Difel. 1982.
- . *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo. Abril Cultural (Coleção: Os Economistas). 1982.
- MERCADANTE, Paulo. *A Consciência Conservadora no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1980.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo. Hucitec. 1978.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 16 ed. São Paulo. Brasiliense. 1979.
- RIBEIRO, Darcy. *Os Brasileiros. Livro I. Teoria do Brasil*. 6 ed. Petrópolis. Vozes. 1981.
- Ceará. Secretaria de Indústria e Comércio. *O Sistema Estadual de Emprego — SINE/CE — Projeto*. Fortaleza. 1977.
- Ceará. Sistema Nacional de Emprego. *Fatores que interferem na intermediação da mão-de-obra cadastrada. Região Metropolitana de Fortaleza — 1978/1979*. Fortaleza. 1980.
- . *Experiência no campo da intermediação da mão-de-obra na Região Metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza. 1979.
- . *Manual de Instrução*. Fortaleza. 1984.

- SOUSA, Laura de Melo e. *Desclassificados do Ouro (A Pobreza Mineira no Século XVIII)*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *Estratificação Social no Brasil (suas origens históricas e suas relações com a organização Política do país)*. São Paulo. DIFEL/CLAPCS.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5 ed. Rio de Janeiro. Zahar. 1982.
- . *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa. Presença Martins Fontes. 1977.